

SILVA (Celso José da). — Marchas e contramarchas do mandonismo local. (*Caeté — um estudo de caso*). Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Coleção Estudos Sociais e Políticos, nº 33, 1975.

I. — Introdução; II. — Hipótese central de trabalho; III. — Objeto de estudo; IV. — Algumas notas sobre Caeté; V. — O papel de João Pinheiro na vida política de Caeté; VI. — Os sucessores de João Pinheiro; VII. — O “Cel.” José Nunes Melo Jr. e a política do município; VIII. — O período revolucionário de 1930-1945 e a política municipal em Caeté; IX. — Processo e efeitos da industrialização e da urbanização em Caeté; X. — As eleições para prefeito municipal de Caeté, de 1947 a 1970 e os partidos políticos nacionais; XI. — Discussão de alguns conceitos básicos; XII. — Identificação do grupo dirigente atual de Caeté; XIII. — Conclusão e Apêndice nº 1; Apêndice nº 2; Apêndice nº 3; Bibliografia citada.

Para a compreensão da história política do Brasil, torna-se necessário um conjunto de estudos monográficos que abordem o problema do poder político local. Inúmeros ensaístas têm ressaltado as origens privatísticas do poder pú-

blico brasileiro. Estas teorizações devem ser enriquecidas com exemplos concretos de estudos de poder político local ou *community power*, como o chamam os norte-americanos, que têm desenvolvido muitos estudos neste campo.

No Brasil, o grupo ligado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e à *Revista Brasileira de Estudos Políticos* é que tem produzido mais dentro desta linha de preocupações, destacando-se o livro em apreço.

A obra origina-se da tese de mestrado que o autor defendeu junto ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e que vem agora publicada dentro da coleção "Estudos Sociais e Políticos da Revista Brasileira de Estudos Políticos".

Na Introdução, o autor coloca o seu propósito de desenvolver um estudo que não ficasse limitado a uma resenha histórica do município escolhido — Caeté — às vezes com destaque dos elementos pitorescos ou anedóticos, como costuma acontecer, mas o de fazer uma análise rigorosamente dentro dos esquemas teóricos e metodológicos de estudos de poder político local.

Como, geralmente, esses trabalhos se referem a municípios onde o poder local está ligado a uma família cuja base econômica é a posse da terra, o autor focou suas preocupações num município das chamadas zonas metalúrgicas do Estado de Minas Gerais onde a propriedade de latifúndios poderia ser dispensável para o exercício do coronelismo. Daí a sua hipótese central de trabalho conter a afirmação

"de que nas comunidades onde a propriedade da terra não é fator predominante nem fundamental para o sistema econômico local — não se constituindo no principal e/ou único recurso político — as lideranças se estabelecem em bases mais fluidas e a circulação de elites pode ocorrer mais intensamente".

Complementa, em seguida, que tal hipótese é válida apenas para comunidades onde não se tenha desenvolvido um complexo industrial. E define também circulação de elites não como uma rotatividade de lideranças pertencentes ao mesmo grupo dominante mas como

"incorporação de novos membros em posição de competição e/ou barganha, manipulando os novos recursos políticos que são gerados dentro do próprio sistema ou que são a ele incorporados pelos novos atores".

O autor historia as alterações porque passou a economia de Caeté e as suas consequências na estrutura de poder. Isto para demonstrar que o município não possui agricultura de grande propriedade, como regra geral, que pudesse gerar o chefe político típico das áreas latifundiárias. No final do século XIX, o núcleo urbano estava em plena decadência econômica e social que vinha

desde o fim da mineração. Nesta ocasião — 1893 — fixa residência no município, João Pinheiro.

Começa a liderança de João Pinheiro no município de Caeté. Não encontrou ele dificuldades para ser aceito no meio social. Logo passou a comandar a política local, pois as lideranças então existentes dispunham de pequeno embasamento econômico — atividades de comércio e cartoriais — de nenhuma tradição de mando com base latifundiária vinda de tempos imemoriais a serem preservadas, e de um nível de conflito muito modesto. Trazia também grande bagagem política, pois já exercera inúmeros cargos públicos, até mesmo o de Governador de Estado. Fundou a Cerâmica João Pinheiro, objetivo que o trouxe à cidade e que iria vitalizar o município, criando inúmeros empregos. Esta base econômica permitirá à família Pinheiro empolgar o poder local por mais de três décadas. João Pinheiro constituiu-se no elemento que primeiro “circulou” a cúpula política de Caeté.

O sucessor dos Pinheiro, constituindo a segunda alteração da cúpula do poder em Caeté, foi o “Coronel” (apelido popular) José Nunes Melo Jr.. Mas, a sucessão não se fez por uma ruptura abrupta: as lideranças Pinheiro-Melo estão inicialmente juntas até que os Pinheiro passem a atuar no plano estadual e os Melo, no municipal. Como se dá a aliança entre os Pinheiro e o Coronel José Nunes Melo Jr.? Como os Pinheiro deixam Caeté para os Melo? O autor explica que a aliança foi pela conexão de fatores de política municipal e estadual. Os Vasconcelos Mota faziam oposição local aos Pinheiro no início da década de vinte e Israel Pinheiro da Silva, chefe dos Pinheiro, foi obrigado a se ligar ao Coronel José Nunes Melo Jr., que, apoiando a eleição de Arthur Bernardes para a Presidência da República e de Raul Soares, para Presidente do Estado, tornara-se elemento forte na comunidade, pois se constituía no elo de ligação entre o município e o Estado. Daí o começo da colaboração das duas lideranças. Os Pinheiro aos poucos foram se retirando de Caeté, porque como a Cerâmica constituía a base econômica da família, mas não era uma empresa de grandes proporções capaz de oferecer meios de subsistência a todos os membros dela. Pouco a pouco os descendentes vão procurar novas condições de trabalho e de estudo em outros centros, passando o comando político ao Coronel Melo. Este herdou a liderança dos Pinheiro, alicerçada no embasamento econômico representado pela Cerâmica João Pinheiro. Além disto contou e muito suas qualidades pessoais de energia, liderança, bondade pessoal, assistência aos pobres e necessitados (era farmacêutico prático), distribuindo sistematicamente remédios, brinquedos, roupas, calçados e alimentos. Mandou construir a Santa Casa da cidade que foi nas suas mãos eficiente fonte de atendimento popular, rendendo resultados eleitorais. Sua atuação administrativa, quando prefeito, foi realizadora e de agrado geral. A liderança do Coronel Melo vai até o ano de sua morte, em 1955. De fato, embora em 1947 tenha perdido a eleição municipal, nas de 1950 e 1954 foram eleitos correligionários seus. Terminou com ele uma fase da vida da cúpula política caetense.

Nas eleições municipais de 1958 e 1962, o PSD, agremiação dos Pinheiro-Melo, foi inexpressivamente votado. São eleitas novas lideranças oriundas do

processo de urbanização e industrialização que vinha sofrendo Caeté desde a década de trinta e que o autor mostra minuciosamente. Neste último fenômeno, tem especial importância a Companhia Ferro Brasileiro, siderúrgica de grande porte que coloca sua produção no País e no exterior, que fez concentrar na cidade uma população operária e administrativa numerosa.

Preocupado em detectar as atuais elites dirigentes do município, o autor adverte que não bastaria localizar os responsáveis pela indústria citada pois a mesma, como não depende das decisões tomadas no âmbito do município, a não ser rarissimamente, pouco se interessa em influir no governo local. Em consequência, o autor demonstrando sua versatilidade metodológica, lança mão de dois métodos retirados de autores americanos: o *reputational method* e o *decision-making method*, os quais combina com uma terceira alternativa que ele chama de método institucional. Utilizando esta combinação metodológica, o autor acaba por indicar uma lista de pessoas de Caeté exercendo a liderança na atualidade, que substituem o período do Coronel Melo.

Finalizando, o autor realça, modestamente, o sentido de colaboração do seu trabalho com o qual não pretende tirar conclusões definitivas e generalizáveis. Insiste em alertar que este estudo de caso possui características peculiares que diferem dos estudos de outras comunidades brasileiras por enfocar lideranças sem bases agrícolas. Conclui, dizendo que depois de 1964, as alterações legislativas de caráter administrativo e principalmente fiscal, afetaram sensivelmente a vida municipal, permitindo novos enfoques dos estudos de poder político local.

A originalidade da hipótese de trabalho desta obra é suficiente para realçar a sua importância. Acrescente-se o rigor metodológico e teórico obedecido. Ainda, a riqueza dos dados que comprovam a tese. Por tudo isto, o autor introduz na bibliografia de estudos de poder político local um livro que se torna indispensável.

DIÓRES SANTOS ABREU

*

*

*